

COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

S. A. R. L.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO  
BALANÇO  
E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

TRIGÉSIMO QUINTO EXERCÍCIO

1969

SEDE

RUA DO BRASIL, 1  
COIMBRA

DELEGAÇÃO

RUA DAS CHAGAS, 17 R/C  
LISBOA



# COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social 150.000 Contos

Sede Social—COIMBRA

Rua do Brasil, n.º 1

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Accionistas da Companhia Eléctrica das Beiras a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia, em Coimbra, pelas 15 horas e 30 minutos do dia 28 de Março, com a seguinte ordem do dia:

- 1) — Discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1969;
- 2) — Deliberar sobre outros assuntos administrativos.

Coimbra, 2 de Março de 1970.

O Vice-Presidente da Assembleia Geral,

*(Manuel do Rocioz Pereira)*

N. B. — As acções ao portador para efeitos da sua representação na Assembleia Geral, podem ser depositadas na Sede da Companhia, em Coimbra, no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ou qualquer outro Banco português que comunique os depósitos para esse fim realizados.

A cada 50 accções corresponde um voto, podendo os titulares de menor número de accções agrupar-se nos termos legais desde que o comuniquem ao Presidente da Assembleia Geral com antecedência de 3 dias do designado para a reunião.

Não podem tomar parte na discussão e deliberação da Assembleia Geral os accionistas que não tenham direito a voto.



## RELATÓRIO DA DIRECÇÃO



Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Nos termos da Lei e do Estatuto, temos a honra de submeter à apreciação e deliberação de V. Ex.<sup>as</sup>, o Relatório, mencionando os factos mais salientes da vida da vossa Companhia durante o ano de 1969 e o Balanço e as Contas que traduzem a sua situação económica e financeira.

## EXPLORAÇÃO E ESTATÍSTICA

Mais uma vez se ultrapassou o máximo da produção de energia, o que quer dizer que foi um ano excepcional para a Companhia Eléctrica das Beiras, cuja economia continua fortemente influenciada pelos resultados deste sector. As nossas Centrais produziram 86 435 585 kWh, ultrapassando em 2,5 GWh o máximo anterior, verificado em 1966. A precipitação atmosférica não foi, porém, excepcional, pois os 1831 mm registados têm cerca de 25% de probabilidades de serem excedidos. As chuvas foram muito bem distribuídas, dando oportunidade a que se utilizassem cerca de 14 GWh da água armazenada no final de 1968.

A emissão da rede subiu para 295 021 477 kWh, com o acréscimo de 30,6 GWh, correspondente à taxa de 11,5%. Os consumos industriais, cuja evolução nos tem preocupado nos últimos três anos, continuaram a subir a taxa bastante moderada, devido à estagnação de consumos de algumas indústrias e à falta de aparecimento de novos empreendimentos. Dispomos, no entanto, de informações que nos levam a prever uma apreciável melhoria desta situação nos próximos exercícios.

Nos gráficos juntos, regista-se, como habitualmente, a evolução, nos últimos vinte e cinco anos, dos índices mais importantes da actividade da Companhia respeitantes à exploração de centrais hídricas e redes de distribuição em alta e baixa tensão.

## OBRAS

Limitado o trabalho, nas subestações, a acabamentos, afinação e ensaios, a nossa actividade concentrou-se principalmente nos problemas da electrificação rural, nos quais continuamos a enfrentar dificuldades no recrutamento de mão-de-obra. Apesar disso, electrificámos 62 povoações, ampliámos diversas redes e remodelámos uma dezena de postos de transformação. Estes trabalhos quase todos de feição rural, importaram em cerca de 14 000 contos.

A rede de alta tensão foi aumentada com 48 novos postos de transformação, tendo sido construídos 72 kms de linhas a 6, 15 e 30 kV.

## NOVOS APROVEITAMENTOS

Ao noticiar, no relatório do passado exercício, os factos mais importantes relacionados com a adjudicação das concessões do rio Mondego, concluíamos que nos parecia que teríamos «... de evitar que a C. E. B. possa vir a encontrar-se numa posição de longa expectativa, altamente inconveniente para os interesses da Companhia.» e ainda de que a Direcção iria «...diligenciar expôr ao Governo esta situação e solicitar a pronta resolução deste importantíssimo problema e a justiça que indiscutivelmente merece a vossa Companhia». Na verdade, estávamos e continuamos a estar, numa situação ainda não completamente definida, mas pouco tranquilizadora.

Os Departamentos Oficiais competentes nada nos comunicaram sobre o andamento dos processos respeitantes aos estudos, trabalhos e projectos, que, durante mais de vinte anos, apresentámos, instruídos nos termos legais e executados, umas vezes ao abrigo de alvarás de estudo concedidos e outras a solicitação dos responsáveis pela política energética nacional. Contenciosamente, estamos paralisados por um acordão, que não considerou definitivo e executório o despacho ministerial, que confiou à extinta Hidro Eléctrica do Zêzere «...o completar os estudos do inventário dos recursos hidroeléctricos do rio Mondego».

Ao relatar os factos ocorridos durante o ano de 1969 e que se devem relacionar com este assunto, move-nos, mais uma vez e unicamente, a defesa dos importantes interesses da vossa Companhia, que se encontram em jogo, e a firme convicção em que nos encontramos de que a Direcção tem o dever de

dar a V. Ex.<sup>as</sup> completa e objectiva informação do que se está passando, pois só assim será possível emitir um juízo de valor sereno e construtivo sobre as decisões tomadas e a tomar, permitindo a sua tempestiva correcção, quando elas se revelem menos adequadas. Assim, teremos de referir os seguintes factos e acontecimentos:

- publicação do decreto-lei n.º 49 211, de 27 de Agosto de 1969;
- notícia publicada na imprensa diária a 15 de Outubro de 1969 sobre a adjudicação das concessões do Mondego;
- constituição, em 3 de Dezembro de 1969, da Companhia Portuguesa de Electricidade;
- publicação, em 17 de Dezembro de 1969, do Estatuto daquela Empresa.

Da leitura atenta e interessada dos documentos acima referidos, todos relacionados com a fusão numa empresa única das cinco empresas de economia mista da rede primária, deverá concluir-se que foram praticados actos preparatórios, que, apesar de não terem adjudicado, em termos legais, contentiosamente recorríveis, as concessões do Mondego, deverão conduzir à concentração, na C. P. E., dos centros produtores de energia.

Sabemos e já o dissemos e escrevemos, que ao Governo competem as decisões gerais da política energética nacional e às empresas concessionárias o dever de, esgotados os meios legais de defesa, a elas se adaptarem e actuarem o melhor que puderem e souberem. Mas não podemos deixar de chamar a atenção para a delicada situação em que foi colocada a Companhia Eléctrica das Beiras, quanto às concessões do Mondego.

Parece-nos que o entusiasmo e a fé, que dedicámos, durante mais de um quarto de século, ao estudo do melhor aproveitamento das águas do rio Mondego, os projectos e estudos que apresentámos e que representam, sem dúvida, um alto valor posto ao serviço da economia nacional, a confiança que depositámos na Lei e nos Homens, que nos governam, não podem deixar de ser devidamente recompensados. Assim, continuaremos a aguardar que seja feita justiça à vossa Companhia, que, no campo da produção e distribuição de energia eléctrica, onde há mais de 35 anos labuta, sempre tem dado provas de indoneidade técnica e administrativa, que merecem ser olhadas com respeito. Qualquer que seja a decisão final que vier a ser proferida, estamos certos de que deverá contemplar justamente todo o esforço dispendido, a iniciativa de que demos provas e o mérito dos trabalhos executados. Não se poderá esquecer que dedicámos mais de vinte anos de trabalho honesto e investimos

avultados capitais nos estudos e projectos do aproveitamento do Mondego, rio que banha a região que abastecemos e que muito naturalmente constituía a expansão natural da actividade produtora, que exercemos desde a fundação da Companhia.

## PESSOAL

Continua a ser digno do vosso e do nosso grande reconhecimento o Pessoal desta Companhia pela forma eficiente e dedicada como desempenhou as funções que lhe foram confiadas. Felizmente, temos podido contar, até hoje, com um grupo de homens aos quais não têm faltado as qualidades de carácter, de inteligência e de trabalho, requeridas para levar a bom termo a importante missão de uma concessionária da produção e distribuição de energia numa das zonas mais pobres e atrasadas do nosso País.

No próximo dia 1 de Março, deverão entrar em vigor as retribuições mensais estabelecidas pelo contrato colectivo de trabalho e baseadas no novo método da análise e qualificação de funções. Este facto e a pressão, que continua a ser exercida nas remunerações pela elevação do custo de vida, impuseram a realização de uma nova revisão geral de situações, de que resultará um elevado encargo. Mercê do contrato colectivo de trabalho, já durante o passado ano, o nosso Pessoal beneficiou do décimo terceiro mês, pago pelo Natal, e de um subsídio de férias de 100 %. Esperamos que o constante esforço, feito no sentido de se melhorar o nível de vida dos trabalhadores da Companhia, seja devidamente compreendido e compensado por adequado aumento de produtividade e desejo de aperfeiçoamento profissional. Esperamos poder continuar a afirmar que se deve ao Pessoal da Companhia Eléctrica das Beiras uma parte muito importante do seu progressivo desenvolvimento.

## ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL

No capítulo da acção social, mantiveram-se, no passado exercício, os benefícios e actividades que a Companhia tem concedido e proporcionado ao seu Pessoal, cujos efectivos (quadros permanentes), no final do ano, eram de 490 servidores. A assistência complementar da Previdência Oficial continuou a ser exercida, com a maior proficiência, pelo nosso Fundo de Assistência ao Pessoal (F. A. P.), o qual voltou a contar com a eficiente colaboração dos

nossos Serviços Clínicos. Durante o ano de 1969, as contribuições patronais e dos beneficiários para as Caixas de Previdência atingiram a elevada verba de 4.523.178\$00 e de 625.051\$00 para o Fundo de Desemprego.

A actividade cultural do nosso Centro de Estudos foi especialmente dedicada ao vastíssimo campo da formação e aperfeiçoamento profissional. O Centro de Documentação e Biblioteca tem continuado a apoiar validamente aquelas actividades empresariais, que mais de perto se encontram ligadas ao planeamento e ao estudo de novas obras e assegura a publicação do Boletim de Informação. No que diz respeito à actividade cultural que se desenvolve para além da actividade empresarial propriamente dita, deverá salientar-se a organização das Festas do Natal, que, no passado ano, se revestiram de especial solenidade, em virtude de ter completado vinte e cinco anos de serviço, o Presidente da Direcção, Doutor André Velasco.

#### COMPARTICIPAÇÃO NOUTRAS EMPRESAS

Continuamos a seguir, com a maior atenção, a vida das empresas do nosso sector, a que estamos indiscutivelmente ligados por problemas de interesse comum. Seguimos com o maior interesse a actividade daquelas de que somos accionistas, principalmente quando desempenhamos funções nos seus Corpos Sociais.

É natural que as sociedades, ao fim de alguns anos de existência, ponham à disposição de terceiros, capital, técnica e experiência. Dizíamos, no nosso relatório de 1965, que «este prolongamento da sua actividade inicia-se geralmente pelo mesmo ramo, diversificando-se com o rodar dos anos». Sempre desejosa de fomentar o consumo da energia eléctrica na zona que abastece e de assim contribuir para o desenvolvimento económico da região que serve, a vossa Companhia foi fundadora e é principal accionista da Sociedade de Produtos Alimentares do Centro, S. A. R. L. — PROALIMENTAR — com sede e instalações industriais na cidade de Leiria, e que deverá iniciar muito em breve o fabrico de produtos alimentares, nomeadamente bolachas e alimentos compostos para animais. Ainda no passado ano, a Companhia Eléctrica das Beiras teve a honra de ser eleita para o Conselho Fiscal da Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S. A. R. L. — AGLOMA —, empreendimento que muito valoriza a região de Oliveira do Hospital

## GRÊMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE ELECTRICIDADE

Nas várias comissões e grupos de trabalho de carácter técnico ou administrativo, criadas pelo G. N. I. E. e em que se encontra representada a C. E. B., continuámos a dar interessada colaboração. Acompanhamos e esforçamo-nos por dar a nossa melhor cooperação aos Grupos de Trabalho e Comissões nomeados, nos termos legais, por indicação gremial. Estão neste caso o Grupo de Trabalho nomeado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Indústria para o estudo dos problemas da pequena distribuição e a Comissão Permanente do Contrato Colectivo de Trabalho. Os estudos que estão sendo elaborados pelo Grupo de Trabalho, presidido pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Director-Geral dos Serviços Eléctricos, deverão fornecer à Secretaria de Estado da Indústria os elementos precisos à conveniente e oportuna reorganização da actividade da pequena distribuição, por forma a promover a eficiente e rápida electrificação de todo o território nacional. Neste particular, a vossa Companhia pode orgulhar-se da obra realizada em prol da electrificação rural do Centro do País e encontra-se à inteira disposição do Governo para assumir, na sua zona de distribuição, as responsabilidades que lhe forem concedidas.

À Comissão Permanente do C. C. T., presidida pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Secretário-Geral da Corporação da Indústria, cabe a importante missão de promover o ajustamento do contrato colectivo à nova legislação do Trabalho, proceder ao estudo da actualização do método de análise e qualificação de funções e assegurar, para o conjunto das empresas agremiadas, a necessária uniformidade de resultados das qualificações. Merece ainda ser destacada a actividade da Divisão da Distribuição, que, em cumprimento de despacho governamental, tem quase concluídos os trabalhos tendentes à elaboração e aprovação de um projecto do novo caderno de encargos-tipo para a Grande Distribuição.

## REPARTIDOR NACIONAL DE CARGAS

O ano de 1969 foi um ano fácil para os Serviços do R. N. C.. Iniciado com as albufeiras cheias e com chuvas abundantes e regulares no primeiro trimestre, a estação húmida veio a terminar com um Maio chuvoso, que muito ajudou a manter os caudais e a vencer a estiagem. Por fim, um Outubro mediano, mas de chuvas antecipadas, e um mês de Dezembro com temperaturas

altas para a época, não criaram os problemas de ponta e de escassez de energia que são vulgares no fim do ano. Com a fusão das empresas da rede primária, o R.N.C., que desempenhou sempre as suas funções com muita proficiência e não menores isenção e sensatez, vai deixar de existir.

### COLABORAÇÃO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

A outorga da escritura do empréstimo de 40 000 contos, que V. Ex.<sup>as</sup> autorizaram a contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, realizou-se no passado dia 7 de Novembro. Este novo crédito industrial a longo prazo tem 2 anos para ser utilizado e é amortizável em vinte prestações semestrais iguais. A taxa de juro é de 6,5%. Manifestamos as nossas homenagens e vivos agradecimentos a esta conceituada Instituição, que, desde a primeira hora, tem dado o seu valioso apoio às necessidades de investimento, requeridas por uma indústria, cuja avidez de capitais, a comprometer com certa antecipação, resulta do incessante aumento das instalações para satisfação de consumos, sempre crescentes.

Ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, de que sempre recebemos amiga compreensão e franco apoio, agradecemos as facilidades de crédito que continuaram a ser facultadas à Companhia.

### CLIENTES

Ao saudar os nossos Ex.<sup>mos</sup> Clientes, agradecendo a confiança e preferência concedidas, afirmamos a nossa vontade de continuar a diligenciar prestar um serviço de alta qualidade.

### DELEGADO DO GOVERNO

Nos termos do disposto no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 40 833, de 29 de Outubro de 1956, deixei de exercer as suas funções de Delegado do Governo junto desta Companhia o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida. Assim, por imperativo legal, ficou a nossa Empresa privada da colaboração, que, durante cinco anos, foi dedicadamente prestada por aquele eminente professor da Universidade de Coimbra. Não podemos deixar de registar,

muito vincadamente, a excelência de trato e a consideração com que sempre nos distinguiu aquele ilustre professor, personalidade marcante dos meios políticos e intelectuais do País.

### CORPOS SOCIAIS

*Mesa da Assembleia Geral* — O ano que passou fica assinalado pelo facto de ter exercido a presidência da Mesa da Assembleia Geral o Vice-presidente, Ex.<sup>mo</sup> Senhor Manuel de Queiroz Pereira. Ao saudarmos respeitosamente Sua Excelência, não queremos deixar de lhe testemunhar a viva satisfação que sentimos, ao vermos entregue o mais elevado cargo da Companhia a um muito antigo Accionista, dedicado amigo, ilustre financeiro e industrial pioneiro da economia nacional. Assim, endereçamos à Mesa da Assembleia Geral, e muito em especial ao seu Presidente, os nossos agradecimentos pela pronta, actuante e esclarecida colaboração dispensada aos importantes e delicados assuntos, que já submetemos ao seu autorizado conselho.

*Conselho Fiscal* — Queremos, uma vez mais, manifestar a nossa gratidão ao muito digno Conselho Fiscal pela sua valiosa, decidida e amiga cooperação. O completo e eficiente apoio, que nos tem sido concedido, tem permitido a resolução mais adequada dos importantes problemas da Empresa, que a Direcção tem submetido ao seu autorizado parecer.

### SITUAÇÃO FINANCEIRA E CONTAS

Em virtude da excepcional produção das nossas centrais, pela primeira vez desde há muitos anos, o volume da energia adquirida, em relação às necessidades sempre crescentes do nosso mercado próprio, não aumentou. Na verdade, comprámos, em 1968, 184 490 754 kWh e, durante o passado ano, somente 179 043 523 kWh. Foi o peso decisivo desta feliz circunstância que permitiu obter o melhor resultado de sempre. Para um imobilizado que já ultrapassou o meio milhão de contos, exactamente 503 456 684\$66, o lucro apurado foi de 20 699 148\$00, superior de 3 720 283\$32 ao do passado exercício o que nos permite propor a distribuição de um dividendo de dez por cento ao capital social, remunerando assim, com maior justiça, as economias que nos foram confiadas pelos Senhores Accionistas e atenuando o aumento ultimamente verificado nos encargos fiscais que incidem sobre os rendimentos individuais.

## EVOLUÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO

- COMPRIMENTO DAS LINHAS
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

DEZENAS  
DE Km

GWh

MVA

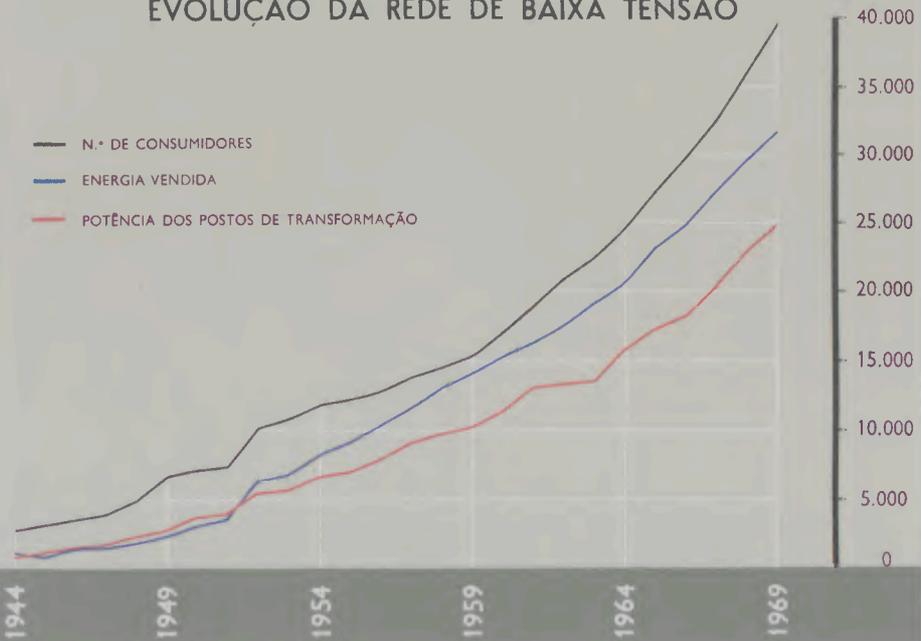


## EVOLUÇÃO DA REDE DE BAIXA TENSÃO

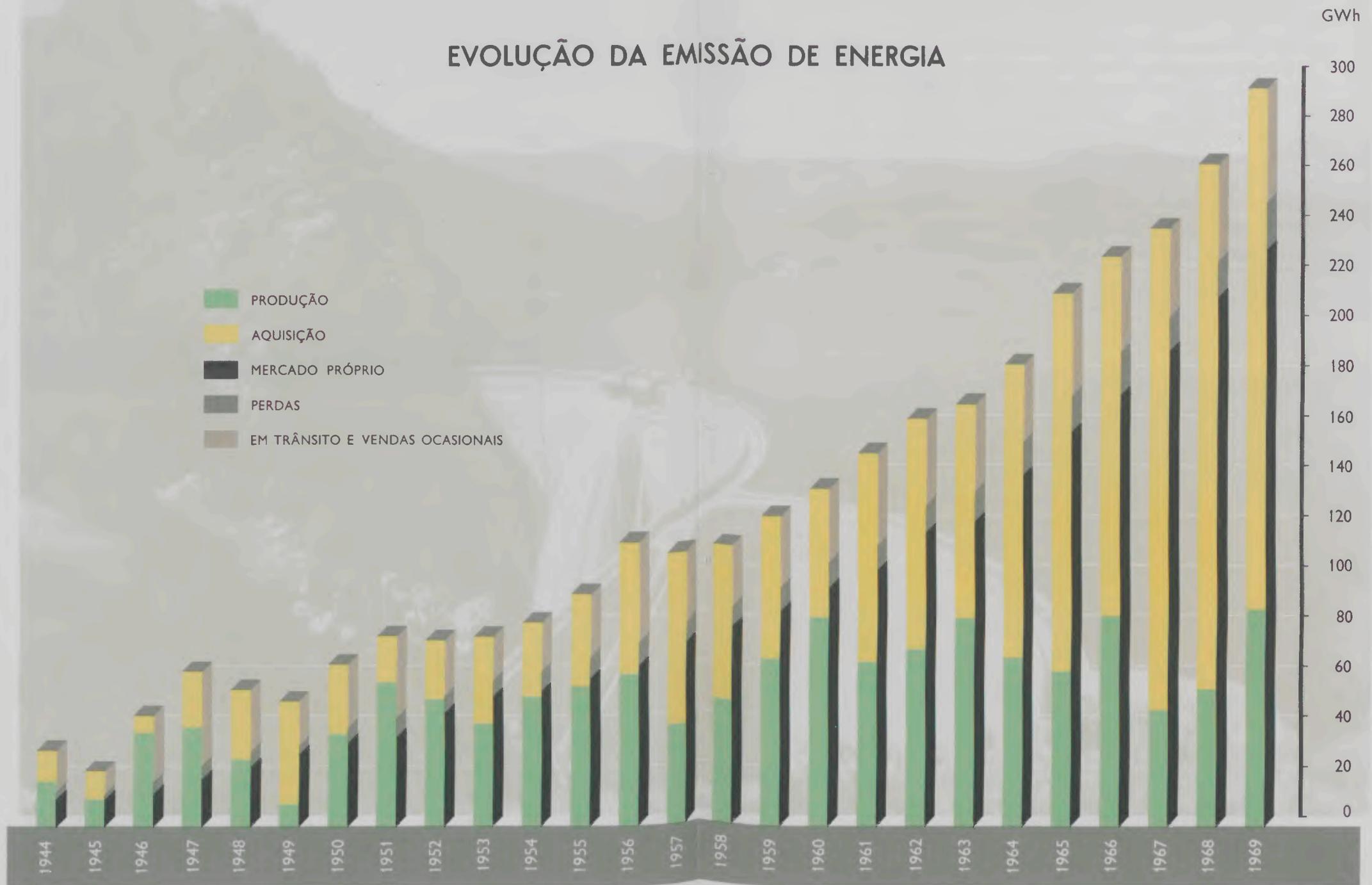
- N.º DE CONSUMIDORES
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

MWh

kVA



## EVOLUÇÃO DA EMISSÃO DE ENERGIA



## ENERGIA MOVIMENTADA EM 1969

AQUISIÇÃO  
70,7%

PRODUÇÃO  
29,3%

EM TRÂNSITO E  
VENDAS OCASIONAIS  
15,9%

PERDAS E  
SERVIÇOS AUXILIARES  
6,2%

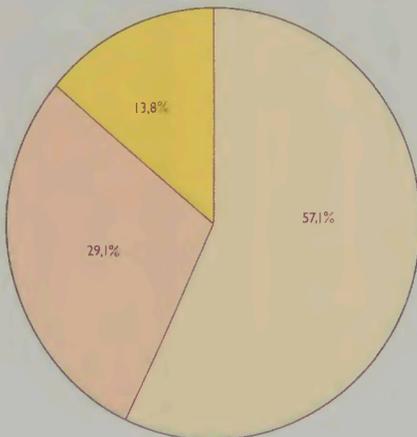
DISTRIBUIDORES  
44,5%

INDÚSTRIA  
22,7%

BAIXA TENSÃO  
10,7%

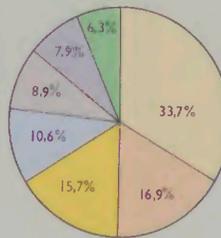
## ENERGIA VENDIDA EM 1969

ALTA TENSÃO



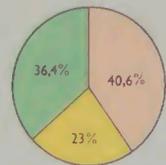
DISTRIBUIDORES  
INDÚSTRIA  
BAIXA TENSÃO

INDÚSTRIA



MADEIRA  
MINEIRA  
TÊXTIL  
PAPEL  
CERÂMICA  
ALIMENTAR  
DIVERSOS

BAIXA TENSÃO



USOS DOMÉSTICOS  
FORÇA MOTRIZ  
ILUMINAÇÃO E  
OUTROS USOS

Num mundo condenado à eficácia, em virtude das condições do progresso estarem cada vez mais dependentes da luta concorrencial, a estrutura vertical da nossa Companhia, que desde sempre se tem dedicado a produzir e distribuir, em alta e baixa tensão, energia eléctrica, tem-lhe permitido desenvolver-se a ritmo apreciável apesar de exercer a sua actividade numa zona parca em recursos e de praticar tarifas das mais baixas do País. Consciente das limitadas possibilidades do seu mercado, enquanto não for encarada com ânimo a resolução dos problemas de que depende o desenvolvimento da região central do nosso território, designadamente a realização do aproveitamento do Mondego, sempre temos tido a preocupação de manter leve, mas dinâmica e actualizada, a organização administrativa e técnica de que dispomos. A vigilância constante das despesas, diligenciando a eliminação das menos produtivas, a manutenção de circuitos de informação estreitos dentro da Empresa, tornando fácil o acesso às decisões da Direcção, o diálogo constante entre chefes e subordinados, têm proporcionado condições ao progressivo desenvolvimento da vossa Companhia, que continuará a esforçar-se por tornar atractivo e eficiente o serviço público que lhe está confiado.

Em obediência ao disposto no artigo 32.º do Estatuto, temos a honra de propor para o saldo da conta de Ganhos e Perdas a seguinte aplicação:

1) — para Fundo de Reserva Legal (art. cit., n.º 1) . . . . .	1 034 957\$40
2) — para dividendo ao capital . . . . .	15 000 000\$00
3) — para o disposto no n.º 4 do art. cit. . . . .	1 241 948\$88
4) — participação sobre os lucros para distribuir pelo Pessoal, nos termos do n.º 5 do art. cit. . . . .	1 300 000\$00
5) — para Fundo de Reserva Especial — o saldo restante	2 122 241\$72

Coimbra, 27 de Fevereiro de 1970

A Direcção

*André Daniel Calvo Velasco*

*Inácio Nunes Ferreira*

*Manuel Gil Albuquerque d'Orey*

*Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco*

*André d'Orey Velasco*

*João Santos Menano*



BALANÇO  
E  
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

# Balanco Geral em 31 de Dezembro de 1969

<b>ACTIVO</b>			
<b>Disponível</b>			
Caixa . . . . .		1 132 000\$72	
Depósitos à Ordem . . . . .		2 726 393\$39	3 858 394\$11
<b>Realizável</b>			
Devedores . . . . .		37 393 572\$45	
Letras a Receber . . . . .		700 858\$10	
Recibos a Cobrar . . . . .		2 850 847\$20	
Títulos em Carteira e Quotas Sociais . . . . .		31 388 485\$95	
Devedores por Cauções . . . . .		541 158\$50	
Armazém . . . . .		24 257 752\$80	
Serviço nas Oficinas . . . . .		2 381 950\$35	- 99 514 625\$35
<b>Imobilizado</b>			
<b>Valores affectos às concessões</b>			
Instalações . . . . .	422 871 246\$96		
Obras em construção . . . . .	13 511 028\$70	436 382 275\$66	
<b>Valores não affectos às concessões</b>			
Instalações (próprias) . . . . .	21 166 876\$45		
Obras em construção:			
Estudos e Projectos			
Novos Aproveitamentos	21 338 431\$22		
Electrificações . . . . .	1 819 640\$99	23 158 072\$21	
Diversos . . . . .	433 991\$22	44 758 939\$88	
Material Alugado . . . . .		12 886 910\$84	
Material Circulante . . . . .		3 502 457\$65	
Móveis e Utensílios . . . . .		5 918 581\$76	
Gastos Plurienais não Iniciais . . . . .		7 518 87	67 074 409\$00
<b>Contas de Ordem</b>			
Material Encomendado . . . . .		3 893 568\$60	
Títulos em Depósito . . . . .		6 485 000\$00	
Títulos em Caução . . . . .		300 000\$00	
Garantias Especiais . . . . .		39 500\$00	10 718 068\$60
			617 547 772\$72

Coimbra, 31 de Dezembro de 1969.

O Chefe dos Serviços Administrativos,  
João Henrique Dias

<b>PASSIVO</b>			
<b>Exigível no Exercício Seguinte</b>			
Vencimentos e Salários . . . . .		600 875\$15	
Dividendos . . . . .		240 307\$93	
Credores . . . . .		18 375 146\$42	
Credores por Cauções . . . . .		3 206 511\$55	22 422 841\$05
<b>Exigível sem Prazo</b>			
Financiamentos Diversos . . . . .		9 259 101\$29	
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Financiamentos (C. N. C.) . . . . .		54 504 324\$70	63 763 425\$99
<b>Contas de Ordem</b>			
Credores por Material Encomendado . . . . .		3 893 568\$60	
Credores por Títulos em Depósito . . . . .		6 485 000\$00	
Credores por Garantias Especiais . . . . .		39 500\$00	
Cauções de Gerência . . . . .		300 000\$00	10 718 068\$60
<b>Reintegrações</b>			
Instalações . . . . .		224 724 452\$99	
Obras em Construção . . . . .		1 356 073\$48	
Material Alugado . . . . .		8 432 814\$31	
Material Circulante . . . . .		2 430 668\$35	
Móveis e Utensílios . . . . .		4 667 609\$90	241 611 619\$03
<b>Quotas de Reversão</b>			
			2 055 840\$95
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Capital . . . . .		150 000 000\$00	
Fundo de Reserva Legal . . . . .		15 846 631\$08	
Fundo de Reserva Especial . . . . .		11 965 974\$63	
Provisões Diversas . . . . .		12 894 447\$33	
Reserva para Reavaliação . . . . .		60 569 776\$06	
Reserva para Regularização de Dividendos . . . . .		5 000 000\$00	
Resultados do Exercício . . . . .		20 699 148\$00	276 975 977\$10
			617 547 772\$72

A Direcção,

André Daniel Calvo Velasco  
Inácio Nunes Ferreira  
Manuel Gil Albuquerque d'Orey  
Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco  
André d'Orey Velasco  
João Santos Menano

## Explicação da conta de Resultados do Exercício (Ganhos e Perdas)

<u>DÉBITOS</u>		<u>CRÉDITOS</u>	
Despesas Gerais de Reparação e Conservação . . . . .	414 735\$77	Energia Eléctrica . . . . .	20 551 570\$65
Juros, Descontos e Transferências . . . . .	65 968\$28	Aluguer de Material . . . . .	920 623\$64
Serviço de Transportes . . . . .	1 188 571\$07	Lucros e Perdas . . . . .	72 214\$66
Reintegrações:		Rendimentos Diversos . . . . .	1 908 394\$18
de Instalações . . . . .	842 299\$89		
de Móveis e Utensílios . . . . .	242 080\$12		
Resultados do Exercício . . . . .	20 699 148\$00		
	23 452 803\$13		23 452 803\$13

Coimbra, 31 de Dezembro de 1969.

O Chefe dos Serviços Administrativos.

*João Henrique Dias*

A Direcção,

*André Daniel Calvo Velasco  
Inácio Nunes Ferreira  
Manuel Gil Albuquerque d'Orey  
Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco  
André d'Orey Velasco  
João Santos Menano*

PARECER  
DO  
CONSELHO FISCAL



Senhores Accionistas:

Acompanhámos durante o ano a vida da Companhia, não só através dos mapas de contabilidade, que periódicamente examinamos, como pelas informações que a Direcção permanentemente nos prestou, pondo-nos sempre ao corrente dos factos mais importantes da sua gestão.

O bem elaborado Relatório da Direcção relata todos esses factos e, dentre eles, há que destacar pela sua importância os esforços feitos no sentido de a Companhia vir a ser devidamente compensada por toda a acção desenvolvida nos estudos do aproveitamento das águas do Mondego, com dispêndio de avultadas quantias e resolução de importantes problemas técnicos.

Continua a Direcção a sua habitual política de valorização de todos os que trabalham na Companhia, o que tem permitido a melhoria da sua produtividade e portanto da remuneração do trabalho prestado. É também de aplaudir toda a acção desenvolvida no plano social em benefício do pessoal e seus familiares.

Os documentos apresentados à nossa apreciação, que estudamos com cuidadosa atenção, traduzem a exactidão das contas e reflectem o cuidado com que a gestão foi conduzida e a eficiência da sua organização administrativa. Pode-se pois afirmar que o Balanço e as Contas de Resultado de Exercício traduzem perfeitamente a vida financeira e económica da Companhia no ano findo e a sua sólida estrutura.

O investimento aumentou durante o ano cerca de 24 000 000\$00 e as reintegrações efectuadas correspondem sem dúvida ao deprecimento físico das respectivas instalações.

Por tudo isso, somos de parecer que o Relatório, Balanço e Contas devem ser aprovados, assim como a aplicação que se propõe para os resultados e que a Direcção é merecedora dos agradecimentos de todos pela maneira atenta e inteligente como cuidou dos interesses da Companhia, tendo sempre em vista o desenvolvimento económico da região onde exerce a sua actividade.

É também de louvar a forma dedicada como todo o pessoal, técnico e administrativo, desempenhou as suas funções.

Associamo-nos às homenagens prestadas à Mesa da Assembleia Geral e em especial ao seu Vice-Presidente em exercício e agradecemos as referências que no Relatório nos foram feitas assim como as facilidades, sempre concedidas, para o cumprimento da nossa missão.

Em conclusão, somos de Parecer:

- 1.º — que aproveis o Relatório, Balanço e Contas apresentados pela Direcção;
- 2.º — que aproveis a proposta da Direcção quanto à aplicação do saldo das contas de Resultados de Exercício;
- 3.º — que seja louvada a Direcção pelo acerto, eficiência e dedicação como vem gerindo a Companhia;
- 4.º — que se manifeste a todo o pessoal e em especial aos Chefes de Serviço, o agradecimento pela sua dedicada colaboração.

Coimbra, 6 de Março de 1970

#### O CONSELHO FISCAL

*Mamede Fialho* (pela Empresa Industrial do Freixo)

*José dos Santos Bessa*

*Luís Le-Cocq de Azevedo Coutinho*

*Laércio Simões Lopes*

*Thomaz Pinto Basto* (em representação de E. Pinto Basto & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>)







